



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 1154/2017 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 262/2017.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, institui o Programa de Transparência Pública das Doações Efetuadas ao Poder Executivo Municipal.

Conforme é apresentado no artigo 1º da iniciativa, são buscados os seguintes objetivos:

Promover a divulgação das doações arrecadadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo;

Permitir amplo acesso à informação;

Dar efetividade ao disposto no art. 48, incisos I e II da Lei Complementar Federal 101/2000.

Nos termos do artigo 2º do projeto, as Secretarias Municipais deverão manter atualizado o Portal Transparência da Prefeitura Municipal conforme as disposições abaixo:

As doações recebidas serão disponibilizadas em tempo real e de forma pormenorizadas, de modo a conter as seguintes informações:

- a) identificação do doador;
- b) valor doado;
- c) destino da verba;
- d) data de ingresso do recurso junto à Administração Municipal

O Portal da Transparência deverá aplicar soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações. Além disso, o projeto determina à Prefeitura Municipal de São Paulo disponibilizar amplo acesso público às informações relativas à aplicação das doações recebidas nos devidos fins para que se destine.

De acordo com a justificativa apresentada pelo nobre autor, o projeto permitirá aos munícipes o amplo acesso à informação nos termos que o projeto em tela se propõe a disponibilizar.

A Digníssima Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa aprovou parecer pela Legalidade do projeto, sob a forma de Substitutivo, adequando a redação à melhor técnica legislativa, prevista na Lei Complementar nº 95/98. Esta nova redação também excluiu a previsão do art. 4º da propositura, motivado pelo princípio da separação dos poderes.

Ante o exposto, a Comissão de Administração Pública é FAVORÁVEL ao projeto nos termos do Substitutivo apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Administração Pública, 30 de agosto de 2017.

Toninho Paiva - (PR) - Presidente

Gilson Barreto - (P SDB) - Vice-Presidente

Fernando Holiday - (Democratas) - Relator

Alfredinho - (PT)

André Santos - (PRB)

Antônio Donato - (PT)

Patrícia Bezerra - (PSDB)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 01/09/2017, p. 68

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.